



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE COOPERATIVISMO AGRÍCOLA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

COMUNICADO FINAL

Realizou-se no dia 18 de Março de 2020, no Edifício de Extensão da Universidade Católica de Angola, em Luanda, a Conferência Nacional sobre Cooperativismo Agrícola, Terras e Desenvolvimento Local, no âmbito do Projecto Institucional da ADRA em Benguela, financiado pelo Grupo África da Suécia, e do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento de Cooperativas Agrícolas, apoiado financeiramente pela British Petroleum, tendo contado com a participação de representantes das cooperativas agropecuárias do Bengo, Benguela, Cuanza Norte, Huíla, Huambo, Malanje e Uíge, assim como representantes dos Ministérios da Administração do Território e Reforma do Estado, da Agricultura e Florestas, do Comércio, da Economia e Planeamento e do Ordenamento do Território e Habitação, além de Organizações da Sociedade Civil, num total de 98 participantes, sendo 28 mulheres e 70 homens.

Após a sessão de abertura proferida por sua Excelência senhor Secretário do Estado para Agricultura e Pecuária, Eng.º José Carlos da Silva Bettencourt, em representação do Ministro da Agricultura e Florestas. Seguiram-se os momentos de apresentação e discussão sobre os temas agendados, tendo-se chegado às seguintes conclusões e recomendações:

1. Quanto à partilha de experiências sobre o cooperativismo agrícola

Partilharam-se experiências sobre: i) produção, multiplicação e comercialização de semente; ii) legalização de terras; iii) diálogo entre os membros das cooperativas.

As cooperativas agrícolas estão a produzir em quantidade, apesar de continuarem a enfrentar os conhecidos problemas de acesso limitado aos fertilizantes, especialmente ao adubo, e ao escoamento de produtos devido às péssimas condições de estradas, que



desencorajam serviços de transporte privados nestas localidades e, conseqüentemente, a perda da produção.

Os membros das cooperativas agrícolas manifestaram-se preocupados pelos altos preços dos meios de produção tanto nos mercados formais como informais e questionaram ao Executivo como entender que o país ainda não dispõe de uma política de preços quer dos fertilizantes, quer dos bens alimentares produzidos internamente.

Recomenda-se, que o Executivo considere como alta prioridade a construção ou reabilitação de estradas, sobretudo aquelas que ligam as zonas rurais isoladas às cidades.

Recomenda-se, também, que o Executivo aprove com urgência uma política de preços dos fertilizantes e dos bens alimentares produzidos localmente, a fim de evitar que os agricultores familiares comprem os fertilizantes a preços altos e comercializem os seus produtos a baixos preços.

Recomenda-se aos complexos industriais de transformação de bens alimentares apostarem na aquisição dos produtos locais, visando estimular os agricultores aumentarem quantitativa e qualitativamente a produção. Recomenda-se, igualmente, os agricultores familiares continuarem a promover espaços de trocas de experiências e feiras agropecuárias, convidando representantes de complexos industriais existentes no país, a fim de conhecerem o seu potencial produtivo.

2. Relativamente aos programas de promoção do cooperativismo agrícola, terras e desenvolvimento local

Foram apresentados e analisados três programas públicos, designadamente: i) Programa de Apoio ao Crédito (PAC); ii) Projecto Minha Terra; iii) Projecto Integrado de Desenvolvimento do Comércio Rural.

Os participantes tomaram conhecimento sobre a essência dos programas apresentados e consideram-nos indispensáveis para a promoção do desenvolvimento das comunidades, em especial das comunidades rurais. No entanto, os participantes manifestaram-se preocupados com o facto de estes programas não se encontrarem alinhados com a ideia



da desconcentração e descentralização em curso no país, uma vez que a sua implementação depende dos Departamentos Ministeriais.

Recomenda-se que o Executivo descentralize a implementação dos programas públicos, orientando que os Departamentos Ministeriais se encarreguem exclusivamente da assessoria técnica, da monitoria sobre o grau de implementação dos planos de actividades e dos recursos financeiros e das avaliações intermédia e final.

Os participantes apelam ao Executivo a envolver os cidadãos, organizados em ou não em associações e cooperativas, nos processos de formulação dos programas, a fim de que estejam adequados às necessidades mais sentidas pelas comunidades. É importante que este envolvimento dos cidadãos seja também verificado na implementação e monitoria dos programas, como mecanismo que contribui para a eficiência e eficácia da acção pública.

Por outro lado, recomenda-se que o Executivo e os seus parceiros sociais partilhem os casos de sucessos ou insucessos no que se refere à implementação do PAC. Outrossim, recomenda-se ao Executivo divulgar mais informações sobre os projectos financiados, no sentido dos cidadãos emitirem opiniões mais informadas em prol da prossecução dos objectivos do PAC.

No âmbito da implementação do Projecto Minha Terra, recomenda-se que o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação emita títulos de terras individuais sem afectar as terras comunitárias, cujo processo de emissão de títulos está igualmente previsto.

Os participantes.